

Opiniões

PAULO JOSÉ BARBOSA

A última pesquisa sobre a situação de pobreza na Região Metropolitana do Recife, de acordo com o Site: <https://www.sigas.pe.gov.br>, indica um contingente de 730.507 habitantes na população de 3.920.056, nos 14 municípios da referida Região. Este quadro de extrema pobreza apresenta-se quando verificamos a distribuição percentual por município, onde mais da metade indicam valores que vão de 30 a 51% da população incluídas nesta condição. Os mais bem situados nesse ranking de miséria são: Recife com 5,5% mas, por conta da sua maior população, atinge mais de 90.000 habitantes. Outros dois municípios em posição melhor, são: Jaboatão e Olinda, com 22% ambos. Entre os de pior situação estão Araçoiaba com 51%, equivalendo há mais da metade da população, na condição de extrema pobreza. Outros dois são: Abreu e Lima com 42% e Ipojuca com 40%. Nos chama atenção pelo fato de ambos possuírem significativa infraestrutura Comercial e Industrial.

O problema da pobreza é mun-

dial e preocupa dirigentes governamentais, pesquisadores, instituições públicas e privadas e estudiosas dos assuntos. Sua solução não é simples e às vezes implica em políticas públicas abrangentes ou não e o apoio de setores privados, como empresas, por exemplo. Pode exigir uma ação coordenada de governo nos três níveis (federal, estadual e municipal), apoiada pela sociedade, uma vez que na condição de pobreza absoluta, o indivíduo é incapaz de resolver sozinho o seu problema. Tendo em vista que o mesmo implica em ações em áreas, como: educação, saúde, apoio psicossocial, emprego, mobilidade, moradia, etc. A pobreza se perpetua e se reproduz dentro de uma sociedade que não está preparada para romper um círculo, que é difícil e que poucos conseguem atravessar.

A Solidariedade, como um sentimento Cristão de amor ao próximo, pode de alguma forma ajudar mas, de maneira eventual e não continuada. O que pouco contribuirá para uma solução mais efetiva do problema (a pobreza extrema). Não resolve muito a doação de cestas básicas ou um brinquedo para uma criança faminta, pois será apenas

uma ação episódica e sentimental. Não se pode condenar quem a faz, mas, sabemos que no ano seguinte aquelas pessoas estarão nas mesmas condições socioeconômicas anteriores.

Algumas organizações não governamentais do nosso Estado, entre elas, a ABCC, o Movimento Pró-Criança, a OAF e a Pastoral da Criança, sabem muito bem que as ações estratégicas têm dado importantes resultados no trabalho sócio educacional, tendo em vista uma perspectiva de maior "Equivalência Social" para os seus beneficiários. Tais instituições têm capacidade de mobilizar recursos de várias fontes, inclusive internacionais. Assim como elas, existe um contingente de milhares de colaboradores, inclusive voluntários, dispostos a abraçar missões de cunho solidário. Por isso, acreditamos que é possível montar um Programa de Redução da Pobreza com a participação de órgãos públicos e privados, empresas, ONGs e a sociedade como um todo, em nosso Estado.

● **Paulo José Barbosa,**
presidente do Movimento Pró-Criança